

Márcia Inês Schaefer

**ATUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL EM PROL DA EDUCAÇÃO
DE SURDOS NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Licenciatura
apresentado ao Curso de Graduação em
Ciências Sociais da Universidade Federal de
Santa Catarina/UFSC, como pré-requisito
para a obtenção do Grau de Licenciada em
Ciências Sociais.

Orientadora: Lígia Helena Hahn Lüchmann

Florianópolis – SC
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Schaefer, Márcia Inês
Atuação da sociedade civil em prol da educação de
surdos no Brasil / Márcia Inês Schaefer ;
orientador, Lígia Helena Hahn Lüchmann , 2017.
39 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências
Sociais, Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Ciências Sociais. 2. direitos da pessoa com
deficiência . 3. movimentos sociais. 4. LIBRAS. 5.
ASGF. I. Lüchmann , Lígia Helena Hahn. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Ciências Sociais. III. Título.

Márcia Inês Schaefer

**ATUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL EM PROL DA EDUCAÇÃO
DE SURDOS NO BRASIL**

Esta Monografia foi julgada adequada para a obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais, e aprovada em sua forma final pela Comissão examinadora e pelo Curso de Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 19 de dezembro de 2017.

Prof^o Dr. Tiago D. P. Borges
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr.^a Lígia Helena Hahn Lüchmann
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a Dr.^a Marcia da Silva Mazon
Universidade Federal de Santa Catarina

Me. Márcio J. R. de Carvalho
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

A realização da graduação e especialmente deste trabalho de conclusão de curso de Licenciatura em Ciências Sociais, são marcadas pelo apoio que recebi de muitas pessoas e instituições.

Agradeço à minha família, aos professores, funcionários, colegas e amigos da UFSC por serem bases para um processo de formação tão importante.

RESUMO

No presente trabalho, descreve-se um pouco da história do movimento dos surdos no Brasil, destacando a atuação de atores catarinenses nos avanços da educação de surdos e o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais – Libras como língua oficial do Brasil. São lançadas algumas questões sobre desafios que são e precisam ser enfrentados no que tange à educação dos surdos no Brasil.

Palavras-chave: direitos das pessoas com deficiência, movimentos sociais, Libras, ASGF.

ABSTRACT

In the present work, we describe a little of the history of the deaf people's movement in Brazil, highlighting the performance of Santa Catarina actors in the advancement of deaf education and the recognition of the Brazilian Language of Signs - Libras as official language of Brazil. Some questions are raised about the challenges that are and need to be faced regarding the education of the deaf in Brazil.

Keywords: rights of people with disabilities, social movements, Libras, ASGF.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AIPD – Ano Internacional das Pessoas Deficientes
ALESC – Assembleia Legislativa de Santa Catarina
ASGF – Associação de Surdos da Grande Florianópolis
CBS – Confederação Brasileira de Surdos
CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
CONEDE – Conselho Estadual de Direitos da Pessoa com Deficiência
CORDE – Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
CSMSC – Círculo de Surdos-Mudos de Santa Catarina
FCEE – Fundação Catarinense de Educação Especial
FENEIDA – Federação Nacional de Educação e Integração do Deficiente Auditivo
FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos
IATEL – Instituto de Audição e Terapia de Linguagem
IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina
INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais
ONU – Organização das Nações Unidas
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I – O MOVIMENTO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	14
1.1 O modelo social da deficiência	14
1.2 O movimento social das pessoas com deficiência no Brasil	17
CAPÍTULO II – ATUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL EM PROL DA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS.....	35

INTRODUÇÃO

A educação básica é direito de todos, direito estabelecido não somente nas leis nacionais, mas também na Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas (ONU). A educação escolar é um dos elementos essenciais para a constituição da cidadania, “princípio este indispensável para políticas que visam a participação de todos nos espaços sociais e políticos” (CURY, 2002, p. 246). Os caminhos percorridos para o estabelecimento em lei e a implementação do acesso universal à educação escolar são marcados por processos históricos de luta dos grupos interessados em ter acesso à educação e ampliação do leque de possibilidades de melhoria de suas condições de vida.

No Brasil, o acesso à educação escolar básica foi se estabelecendo aos poucos para todos os cidadãos. No entanto, inicialmente, determinados grupos sociais não foram incluídos nesse direito universal. Exemplo disso são as pessoas com deficiência, cuja inserção no ambiente escolar comum ainda é motivo de controvérsias entre diferentes setores da sociedade. Neste trabalho, buscaremos destacar o papel fundamental que atores e associações ligadas ao movimento das pessoas com deficiência – especialmente do movimento dos surdos – exerceram para a criação de leis e a garantia do acesso à educação escolar, mas também, fazer notar que, em parte, as associações assumem o papel que o Estado não dá conta de realizar.

A estrutura do presente trabalho de conclusão de Licenciatura está organizada da seguinte maneira: na primeira parte, breve discussão teórica sobre o modelo social da deficiência e sua relação com o movimento social das pessoas com deficiência. Na segunda parte, é feita uma breve descrição a partir de fontes secundárias, da história do movimento dos surdos no Brasil, destacando a atuação de atores catarinenses nos avanços da educação de surdos e o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais – Libras como língua oficial do Brasil. Por fim, são lançadas algumas questões sobre desafios que são e precisam ser enfrentados no que tange à educação dos surdos.

CAPÍTULO I – O MOVIMENTO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

1.1 O modelo social da deficiência

Historicamente as pessoas com deficiência nem sempre têm recebido educação escolar adequada e também encontram muitos problemas de inserção no mercado de trabalho, em boa medida consideradas como incapazes, sofrendo preconceito em virtude de sua condição, sendo muitas vezes as deficiências vistas como algo sobrenatural, representando ameaças (Crespo, 2009), ou como castigo divino (Beck, 2007), em relação às quais nada haveria de se fazer. Estes e outros aspectos levaram a estruturação de um processo de exclusão social e política dessas pessoas, e em muitos casos, também de suas famílias.

Diniz (2007) aborda o modelo social da deficiência, o qual vem se colocando nas últimas décadas como um contraponto ao modelo biomédico, historicamente hegemônico no modo de entender as deficiências e de tratar as pessoas com deficiência. Basicamente, o modelo biomédico da deficiência a compreende como uma lesão, um problema a ser resolvido, sendo encarada como uma tragédia pessoal, cabendo ao indivíduo a responsabilidade em adequar-se ao meio social (Diniz, 2007; Crespo, 2009). De outra forma, o modelo social afirma que há, sim, um corpo com lesão que pode necessitar de cuidados médicos, mas destaca que o ambiente possui grande influência na manifestação de maior ou menor intensidade da deficiência, passando assim a colocar a compreensão das deficiências como um problema social.

Sabidamente, não foi da noite para o dia que este modo de entender as deficiências foi construído. Em países europeus e nos Estados Unidos, o movimento de luta pelos direitos das pessoas com deficiência iniciou após “a Segunda Guerra Mundial, com a volta dos ex-combatentes mutilados, e ganhou grande impulso, a partir de 1960, com a luta pelos direitos civis” (Crespo, 2009, p. 10-11). Diniz (2007) destaca que passos importantes para a mudança de percepção sobre as deficiências foram executados na década de 1970, principalmente no Reino Unido e nos Estados Unidos. Tiveram papel fundamental nesse processo, as organizações formadas *por* pessoas com deficiência, diferentemente das tradicionais instituições e organizações *para* as pessoas com deficiência. Essas tradicionais instituições para pessoas

com deficiência eram pautadas geralmente numa visão higienista, no sentido de retirá-las do convívio social, além de suas finalidades essencialmente assistencialistas, voltadas “à correção e ao escamoteamento da deficiência, que pouco valorizava a autonomia e a dignidade das pessoas com deficiência enquanto sujeito de direitos” (Brasil, 2012, p. 16). De acordo com Diniz (2007), a produção de conhecimentos e as discussões a respeito da experiência da deficiência no âmbito das humanidades são conhecidas como modelo social da deficiência e podem ser divididas em duas gerações: a primeira, que iniciou com a Upias (Union of the Physically Impaired Against Segregation, em português, Liga dos Lesados Físicos Contra a Segregação) no Reino Unido, protagonizada por intelectuais e estudiosos com deficiência física; e a segunda geração, marcada pela entrada no debate por feministas e cuidadoras de pessoas com deficiência.

Na primeira geração do modelo social, concebeu-se a diferenciação conceitual entre lesão e deficiência, como estratégia para retirar a discussão da deficiência do poder absoluto exercido pelo modelo biomédico, trazendo a questão para a esfera política, e do nível individual para o social, concebendo assim a experiência da deficiência como produto de uma sociedade incapaz de lidar com a diversidade de modos de vida para além de uma corponormatividade (Diniz, 2007). A autora destaca que os teóricos da primeira geração do modelo social adotaram o viés marxista como a principal influência teórica, concebendo o sistema capitalista como o grande responsável pela experiência da opressão vivenciada pelas pessoas com lesão, por considerá-las incapazes de participar dos processos de produção.

Já a segunda geração do modelo social contou com forte influência do feminismo, ao enriquecer o espectro de assuntos que não tiveram muito espaço para serem discutidos na primeira geração, como o cuidado, os temas transversais, e a crítica ao princípio da igualdade pela interdependência (Diniz, 2007). A segunda geração do modelo social da deficiência criticou a primeira geração especialmente pelo fato desta não ter desconstruído a supremacia de princípios como autonomia, independência e produtividade em busca de por um fim às barreiras, desconsiderando o fato de que várias pessoas com deficiências mais severas do que a lesão medular não poderiam alcançar autonomia e independência, por mais que todas as barreiras fossem retiradas (Diniz, 2007).

A discussão levantada pelas feministas, embora gerasse o medo de fortalecer o discurso de essencialização da deficiência, tão criticado pelo modelo social, não podia deixar de concluir que retirar o corpo, a lesão, a dor e a subjetividade da discussão, implicaria em desconsiderar a multiplicidade de tipos de deficiência para além da deficiência física, o que torna impossível para as pessoas com tais deficiências de alcançarem esses objetivos normativos de independência e autonomia, problematizando o cuidado e a interdependência como valor moral, assim como o papel das mulheres cuidadoras e sua autoridade como fonte de argumentos e reflexões no debate sobre a deficiência. A interdependência, afirma Diniz (2007), se consolidou na segunda geração como valor que melhor expressava a vivência humana, trazendo ao mesmo patamar de discussão da deficiência fatos como a velhice, doenças crônicas e a necessidade de cuidado dos bebês, levando a conclusão de que a interdependência, o cuidado e a deficiência são fatos inerentes ao ciclo de vida.

Assim sendo, percebe-se que gradativamente a visão essencialmente assistencialista e puramente biomédica vem sendo substituída, lenta e gradualmente, pela compreensão de que a situação de exclusão que as pessoas com deficiência enfrentam não é, de fato, culpa do indivíduo com deficiência, mas sim reflexo da forma de organização social de nossa sociedade, que apresenta tanto barreiras físicas, quanto organizacionais e atitudinais. Como bem salienta Crespo (2009)

a forma como uma pessoa com deficiência vai atuar na sociedade dependerá muito mais de condições exteriores a ela, existentes no ambiente, do que a deficiência em si. Dentre essas condições, obviamente, encontram-se estereótipos, estigmas e preconceitos responsáveis pela atribuição de significados que extrapolam a lesão, o defeito e o mau funcionamento de partes do corpo. Desse modo, a deficiência sempre teve significados construídos histórica, ideológica e simbolicamente (Crespo, 2009, p. 51).

Sob a perspectiva do modelo social, “a deficiência é vista como uma característica da condição humana como tantas outras” (Brasil, 2012, p. 17), o que implica que haja igualdade de condições e

oportunidades para as pessoas com deficiência em relação com os demais cidadãos. Este novo modo de perceber a deficiência apontou para a necessidade de mudanças estruturais no que tange às políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência.

1.2 O movimento social das pessoas com deficiência no Brasil

No Brasil foram sendo criadas diversas organizações lideradas por pessoas com deficiência, por volta de meados do século XX.

A motivação inicial é a solidariedade entre pares nos seguintes grupos de deficiência: cegos, surdos e deficientes físicos que, mesmo antes da década de 1970, já estavam reunidos em organizações locais – com abrangência que raramente ultrapassava o bairro ou o município–, em geral, sem sede própria, estatuto ou qualquer outro elemento formal. Eram iniciativas que visavam ao auxílio mútuo e à sobrevivência, sem objetivo político prioritariamente definido. Essas organizações, no entanto, constituíram o embrião das iniciativas de cunho político que surgiram no Brasil, sobretudo durante a década de 1970 (Lanna Júnior, 2010, p. 30).

Diversos aspectos levaram à conformação do movimento social das pessoas com deficiência em nosso país: o surgimento de associações formadas e geridas pelas pessoas com deficiência que se colocavam contrárias às associações que prestavam algum tipo de serviço a essas pessoas (no sentido elencado anteriormente, de assistência e não o investimento no estímulo da autonomia destes indivíduos); os espaços criados pelas mesmas que propiciaram o compartilhamento e reconhecimento de dificuldades comuns que geraram debates acerca de suas situações e motivaram ações políticas reivindicando seus direitos humanos; o desejo de serem protagonistas políticos e a busca de transformação da sociedade confluiu com a “conjuntura da época: o processo de redemocratização brasileira e a promulgação, pela ONU, em 1981, do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD)” (Lanna Júnior, 2010, p. 35-36). Nos termos de Crespo (2009)

ao desautorizar os antigos porta-vozes e propor novos conceitos e paradigmas, o movimento

social das pessoas deficientes mudou e continua mudando a forma como a sociedade brasileira vê, entende e convive com a deficiência (p. 21).

Nesse sentido, alguns acontecimentos ocorridos no período da abertura democrática brasileira, no aspecto da organização da luta por mudanças em prol dos direitos das pessoas com deficiência, foram a Coalizão Pró-Federação Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, criada em 1979, ocasião na qual se reuniram – pela primeira vez na história do Brasil – organizações de diferentes tipos de deficiência oriundas de diversos Estados, tendo em vista traçarem estratégias de luta por direitos; 1º e 2º Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes (1980 e 1981); 1º Congresso Brasileiro de Pessoas Deficientes (1981); 3º Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes (1983), ocasião em que se estruturou a organização nacional das associações por área de deficiência (Lanna Júnior, 2010).

Além desses eventos, houve ainda o contexto de elaboração da Constituição Federal do Brasil na década de 1980. Além dos parlamentares, o regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte previa receber sugestões de órgãos, entidades associativas, audiências públicas, etc. Nesse sentido, o movimento social das pessoas com deficiência mobilizou-se pelo país, tendo participação ativa nos debates da Assembleia Nacional Constituinte. Uma forma importante de articulação foi por meio do ciclo de debates “A Constituinte e os Portadores de Deficiência”, promovido pelo Ministério da Cultura nos anos de 1986 e 1987 (Lanna Júnior, 2010). Na Assembleia Constituinte, a Subcomissão de Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, subordinada à Comissão Temática da Ordem Social, foi o *locus* de discussão dos assuntos referentes às pessoas com deficiência (Lanna Júnior, 2010, p. 65). Importante ressaltar que o processo de elaboração da Constituição de 1988, no tocante à temática das deficiências, foi marcado por divergências e conflitos, como por exemplo, no sentido de a Constituição garantir a promoção de autonomia das pessoas com deficiência, ao invés de tutela – como inicialmente sugeria o texto, especialmente porque o movimento já vinha lutando pela igualdade de direitos e não poderia permitir retrocessos (Lanna Júnior, 2010).

Com a Constituição de 1988, os assuntos referentes às deficiências foram inseridos no marco legal de forma abrangente e transversal (Brasil, 2012, p. 17), sendo editadas desde então, diversas

normas regulamentadoras sobre os direitos das pessoas com deficiência. Ou seja, assim como em áreas como a saúde, assistência social, educação e outras, o tema dos direitos das pessoas com deficiência entrou na agenda política nacional a partir da ação de setores da sociedade civil organizada. De acordo com Crespo (2009), além de ser uma das maiores conquistas do movimento social das pessoas com deficiência, a legislação brasileira é tida como “uma das melhores, dentre os países do continente americano, no que diz respeito aos direitos das pessoas com deficiência” (p. 21).

O processo de garantia dos direitos das pessoas com deficiência é marcado por avanços e entraves de diversas ordens, bem como é válido enfatizar que o movimento social das pessoas com deficiência não parou com a Constituição de 1988. Aqui, optamos por destacar alguns dos avanços mais significativos, que certamente foram e são perpassados por divergências, tais como a criação da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) em 1986 – a qual foi promovida a Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência em 2009, e elevada a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência¹ em 2010, que marcou o reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência dentro da estrutura do Estado (Lanna Júnior, 2010). Essa secretaria é responsável por elaborar projetos, programas e planos que propiciam a implantação da Política Nacional para a Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência, política essa criada em 1989. Em 1999 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, atualmente Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE). O CONADE é designado como o órgão superior de deliberação coletiva que tem por função garantir a implantação da Política Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência²; e a partir do CONADE, a implantação dos

¹ “Expressões tais “como “deficiente”, “portador de deficiência”, “portadores de necessidades especiais” estão sendo substituídas pela expressão consagrada (pela): pessoa com deficiência, que busca destacar a pessoa em primeiro lugar. A definição de pessoa com deficiência presente na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 2008 chancela essa nova percepção, pois demarca a importância e o papel das barreiras existentes no meio como fator limitador para a plena inclusão” (Brasil, 2012, p. 20). Diniz (2007) aborda as duas tendências internacionais sobre como devem ser chamadas as pessoas com deficiência: a britânica “pessoa deficiente” ou “deficiente” e a americana “pessoa com deficiência” (Crespo, 2009).

² Segundo o Art. 1 da Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental,

Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos da Pessoa com Deficiência, bem como a realização das Conferências Nacionais. No Estado de Santa Catarina, por exemplo, tem-se o Conselho Estadual de Direitos da Pessoa com Deficiência (CONEDE), vinculado à Secretaria Estadual de Assistência Social, Trabalho e Habitação, criado pela Lei Estadual nº 11.346, de 17 de janeiro de 2000, além de vários conselhos municipais de direitos da pessoa com deficiência.

Leis que regulamentam o atendimento prioritário a pessoas com deficiência, a garantia de benefícios sociais, a educação escolar de qualidade em escolas comuns, o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como segunda língua oficial do Brasil, o acesso à saúde, o direito ao trabalho e condições acessíveis de locomoção, são alguns dos exemplos das áreas abrangidas por avanços, mesmo que ainda restritos em diversos aspectos (Brasil, 2012).

No âmbito da educação, Kassar (2013) destaca que na Constituição Brasileira de 1988 a educação foi concebida como direito de todos e dever do Estado e da família. A Educação Especial passou a ser priorizada na rede regular de ensino, com atendimento especializado aos alunos com deficiência, mas a atuação de estabelecimentos particulares também ficou explicitada nesse setor. A autora destaca que durante o segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), diante de um cenário de alinhamento ao mercado mundial globalizado, foi estabelecida uma série de Leis conhecidas como Marco Legal do Terceiro Setor. A partir dessa regulação,

as instituições assistenciais foram normatizadas como Organizações Não Governamentais (ONGS) e a complementaridade entre os setores público e privado foi apresentada como uma necessária e fundamental parceria para o desenvolvimento do país. Antes mesmo do estabelecimento dessa nova legislação, a Educação Especial já mantinha estreito relacionamento com as instituições sem fins lucrativos (*idem*, 2013, p. 58).

Nesse cenário de reorganização do Estado, a universalização da educação brasileira foi ressaltada. Participe da Conferência Mundial de Educação Para Todos (Jomtien, Tailândia), ainda na década de 1990,

intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

evento organizado pela ONU, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Banco Mundial, o Brasil aderiu a uma estratégia de educação para a redução da pobreza, “atribuindo à escola básica o compromisso de acesso aos códigos da modernidade” (*idem*, p. 59). Também durante a década de 1990, o Brasil aderiu aos preceitos da Declaração de Salamanca e à Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais (1994). Essa declaração reafirma o direito à educação para todos os indivíduos, destacando que “as escolas precisam encontrar formas de educar com êxito todas as crianças, inclusive as com deficiências graves” (*idem*, p. 59). A partir dessa recomendação, teria se disseminado o conceito de escola inclusiva, que refletiu-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. O compromisso com a educação dos alunos com necessidades especiais foi reafirmado com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica de 2001. Nessas diretrizes, está estabelecido que o atendimento oferecido nas unidades escolares (em espaços comuns e especializados) deve ser adequado aos alunos, com professores preparados e materiais adaptados, quando necessário. Assim, passou-se a registrar a matrícula de alunos com necessidades especiais em classes comuns das escolas em grande parte dos municípios brasileiros.

Em 2001, o Brasil aderiu à “Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência”. Em 2002, foi aprovada a lei que reconhece a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e outros recursos de expressão a ela associados como meio legal de comunicação e de expressão. Em 2003, já no governo de Luís Inácio Lula da Silva, foi instituído o Programa “Educação Inclusiva: direito à diversidade”. Em 2008, foi publicada a “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (Decreto nº 6571/2008), revogada pelo Decreto nº 7.611/2011. “O decreto de 2011 passou a tratar da educação especial e do atendimento especializado, diferentemente do decreto de 2008, que dispunha apenas sobre o atendimento educacional especializado” (*idem*, p. 66).

Uma importante ação na direção da garantia dos direitos foi a aprovação da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU em julho de 2008, pelo Decreto Legislativo nº 186, e promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009,

equivalendo a uma emenda constitucional. “A partir da internalização da Convenção, fica evidente a necessidade de revisar o marco jurídico nacional e adequá-lo aos princípios consagrados nesse importante documento de garantia de direitos” (Brasil, 2012, p. 20). Importante ação do governo federal é o Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Viver sem Limite³. Esse plano criou políticas públicas dentro de quatro eixos temáticos: Acesso à educação, Atenção à saúde, Inclusão social e Acessibilidade (DEFICIÊNCIA, 2014).

Na direção da necessidade de revisão, atualização e padronização da legislação num todo no que tange aos direitos das pessoas com deficiência, foi aprovada pelo Senado Federal, a Lei Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que entrou em vigência em janeiro de 2016. Este estatuto visa “assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”.

Cabe aqui ressaltar que, embora sejam significativos os avanços em termos de legislações e regulamentações em prol dos direitos das pessoas com deficiência, isso não necessariamente garante que os direitos dessas pessoas sejam respeitados de fato, uma vez que fatores culturais (no sentido de representações sociais da deficiência, comportamentos, perspectivas, etc) institucionais (no sentido das regras e organizações) de uma sociedade, normalmente tendem a ser mais morosos na produção de mudanças e/ou transformações.

³ Maiores informações sobre o Plano Viver sem Limite estão disponíveis no endereço: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/viver-sem-limite>>.

CAPÍTULO II – ATUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL EM PROL DA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL

A preocupação com a educação para surdos no Brasil data dos tempos do Império, no entanto, a percepção sobre os melhores meios e fins da escolarização vêm se modificando ao longo do processo histórico brasileiro.

Em 1856 foi criado o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos no Rio de Janeiro com a iniciativa de um professor francês, Ernest Huet. Inicialmente com atividades financiadas por donativos, o Instituto passou a receber recursos públicos a partir de lei orçamentária (Lei n° 939, de 26 de setembro de 1857) e naquele momento passou a ser instituição particular subvencionada, mas anos após é assumida pelo Estado brasileiro. Conforme Lanna Júnior (2010), por alguns anos o Instituto foi coordenado por Huet, mas após sua saída em 1861, houve um desvirtuamento dos objetivos da instituição.

Os alunos que o Instituto atendia eram oriundos do Rio de Janeiro, Alagoas, Bahia, Ceará, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, São Paulo, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco e Santa Catarina. De acordo com relatório de inspeção das atividades do Instituto em 1868, o local havia se transformado em asilo de surdos. Tobias Rabello Leite passou a ser o diretor até 1896 e deu impulso às atividades que tornaram o Instituto como referência na educação de surdos no Brasil. (*idem*, p. 24). Dentre os conteúdos que eram ensinados estavam Língua Portuguesa, Aritmética, Geografia, História do Brasil, Escrituração Mercantil, Linguagem Articulada, Doutrina Cristã e Leitura sobre os Lábios (Informações do site do INES⁴). Também havia ensino profissionalizante, com técnicas agrícolas, e após 1870, inserção de oficinas de sapataria e encadernação.

Após a queda da monarquia no Brasil, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos passou a se chamar Instituto dos Surdos-Mudos até 1957, ano em que passou a se Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), nome que mantém até os dias atuais.

Uma questão que define os rumos da educação de surdos é acerca do método de ensino. Uma vez instaladas escolas para surdos, a disputa sobre qual método seria o mais apropriado fez-se central: se a Língua Brasileira de Sinais, o oralismo ou a agregação das duas formas.

⁴<<http://www.ines.gov.br/conheca-o-ines>>

Após uma decisão tomada em 1880 no Congresso Internacional de Professores Surdos em Milão, Itália, os rumos da educação de surdos no Brasil foram significativamente afetados. Naquele congresso, foi decidido que o modo oral de ensino-aprendizagem era o mais eficiente, e em decorrência disso, foi proibido oficialmente o uso da Língua de Sinais, pois seu uso prejudicaria a habilidade de oralização dos surdos. “Tal proibição despertou o que alguns autores chamam de “isolamento cultural do povo surdo”, já que a proibição dessa língua tem por consequência a negação da cultura e da identidade surdas” (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 32). Fazendo valer a proibição, o número de professores ouvintes passou a ser maior que o de surdos, bem como os alunos passaram a ser proibidos de usar a Língua de Sinais, muitas vezes com adoção de medidas de violência (mãos amarradas, comparação com macacos). O que ocorreu, não foi a eliminação da Língua de Sinais, mas a marginalização da mesma (*idem*, p. 33).

Frente à proibição do uso da Língua de Sinais, um movimento de resistência ao “ouvintismo” foi se estabelecendo em espaços como as associações de surdos, em cooperativas e clubes, lugares em que ocorria o livre intercâmbio cultural e linguístico daqueles que faziam uso da Língua de Sinais. Conforme Lanna Júnior (*idem*), “muitas associações surgiram exatamente nos períodos de maior ênfase à oralidade e à negação da diferença, envolvendo o final do século XIX até aproximadamente as décadas de 1960 e 1970” (p. 33).

A origem das organizações de surdos no Brasil tem forte ligação com o esporte, sendo a Associação Brasileira de Surdos-Mudos no Rio de Janeiro a primeira associação de surdos do Brasil (1930), associação fundada por ex-alunos do INES, que organizavam competições esportivas. A segunda associação de surdos teria sido fundada em 1953, com ajuda da professora de surdos, Ivete Vasconcelos. (MONTEIRO, 2006, LANNA JÚNIOR, 2010). Além disso, conforme Monteiro (2006), “o papel dos surdos que viviam no INES foi importante, pois de lá partiram os líderes Surdos que vêm divulgando durante muitos anos a Língua de Sinais em todo o país” (p. 296), e também criando associações de surdos em suas cidades de origem, como por exemplo, a Associação de Surdos-Mudos de São Paulo, fundada em março de 1954, a Associação de Surdos de Belo Horizonte, em 1956 (LANNA, JÚNIOR, 2010, p. 33) e a Associação de Surdos da Grande Florianópolis (ASGF) em 1955 (SCHMITT, 2008).

O reconhecimento da Língua de Sinais foi se restabelecendo aos poucos, e um passo importante foi a publicação do livro “Estrutura de Linguagem: uma abordagem do sistema de comunicação visual do surdo americano” escrito pelo linguista Willian Stokoe em meados da década de 1960. Nesse livro, o autor afirmou que a língua de sinais americana tinha todas as características da língua oral. Conferido status de Língua à língua de sinais, “os surdos puderam reafirmar com mais força e argumentação o seu pertencimento a uma comunidade linguística que lhes provê uma cultura e uma identidade próprias” (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 34).

Outras organizações que foram sendo constituídas ao longo da história do movimento social surdo brasileiro são a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos – FENEIS, fundada em 1987, e a Confederação Brasileira de Surdos – CBS, fundada em 2004. De acordo com Monteiro (2006) ambas “são organizações filantrópicas sem fins lucrativos que desenvolvem atividades políticas e educacionais, lutando pelos direitos culturais, linguísticos, educacionais e sociais dos surdos do Brasil. São entidades preocupadas com a integração entre os surdos” (p. 297-298). Antes da criação da FENEIS, existia a Federação Nacional de Educação e Integração do Deficiente Auditivo (Feneida), com sede no Rio de Janeiro, cuja fundação foi em 1978 por profissionais ouvintes que visavam “estimular a participação de pessoas com deficiência em todas as situações da vida, objetivando dar maior visibilidade às pessoas e enfrentar os preconceitos, em prol da integração” (Rosita Edler Carvalho, comunicação pessoal, *apud* LANNA JÚNIOR, 2010, p. 60).

Conforme o estudo de Lanna Júnior (2010), em 1983 foi organizada a Comissão de Luta pelos Direitos dos Surdos que logo ganhou legitimidade e buscou seu espaço junto à Feneida, a qual recusou que o trabalho da Comissão fosse desenvolvido na Federação. Em 1987, a Feneida passou por desgaste interno ligado a questões financeiras, mas também pela pressão que a Comissão de Luta pelos Direitos dos Surdos passou a exercer quando a chapa presidida pela surda Ana Regina Campello foi eleita. Durante a gestão dessa chapa, houve a reestruturação do estatuto e alteração da denominação da Feneida para Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), implicando essa alteração não apenas troca de nomes, mas principalmente em representação discursiva sobre a identidade e a cultura surdas. A rejeição da terminologia “deficiência auditiva” ganhou

força, e a percepção da surdez como uma marca de identidade foi sendo cada vez mais predominante.

Em maio de 1987, foi fundada a FENEIS com a presença de representantes de associações de surdos de diversos estados brasileiros. A finalidade de FENEIS é:

promover e assessorar a educação e a cultura dos indivíduos surdos; incentivar o uso dos meios de comunicação social apropriados à pessoa surda, especialmente em Libras; incentivar a criação e o desenvolvimento de novas instituições, nos moldes das modernas técnicas de atendimento, visando ao diagnóstico, à prevenção, à estimulação precoce, à educação, à profissionalização e à integração da pessoa com deficiência auditiva; realizar convênios com entidades públicas e/ou privadas, escolas técnicas, artísticas e artesanais e outras instituições no sentido de promover a profissionalização da pessoa surda de acordo com os padrões (modernos e atuantes) de eficiência. Os relatos sobre os anos posteriores são marcados por entusiasmo e determinação na luta pelo reconhecimento da Língua de Sinais, pelos direitos das crianças, adolescentes e adultos surdos à educação, ao lazer, à cultura, ao trabalho, entre outros (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 61).

A FENEIS possui organização nacional, articulando-se com as associações de nível local de diversos estados brasileiros que realizam atividades que visam reunir os surdos por meio de contatos linguísticos, culturais, esportivos e sociais.

Uma marca forte no processo histórico do movimento dos surdos é acerca do reconhecimento oficial e garantia de acesso educacional a LIBRAS e de intérpretes em diversas situações. Em 1993 a FENEIS criou o Grupo de Pesquisa de Libras e Cultura Surda, realizando pesquisas linguísticas da Libras, com o engajamento de pesquisadores surdos. Conforme Lanna Júnior (2010), “LIBRAS é a sigla votada e aprovada pela FENEIS para denominar a Língua Brasileira de Sinais em 1993, que foi oficializada nacionalmente pela Lei nº 10.436, em 24 de abril de 2002” (p. 61).

A educação de surdos em Santa Catarina

Envolvida diretamente na história do movimento dos surdos, está a Associação de Surdos da Grande Florianópolis (ASGF). Schmitt (2008) apresentou estudo acurado sobre a atuação da ASGF e de seu principal líder por quatro décadas – Francisco da Lima Júnior, enfatizando a importância que assume na organização e na educação de surdos não somente em Santa Catarina, mas também nos demais estados da Região Sul do Brasil.

Conforme Schmitt (2008), Francisco da Lima Júnior foi o primeiro educador surdo de Santa Catarina. Nasceu em Florianópolis em 1928 e ficou surdo aos três anos de idade. Teve formação no Instituto Nacional de Surdos-Mudos (atual INES) do Rio de Janeiro e no Instituto Paulista de Surdos entre os anos de 1937 e 1946, correspondendo sua formação ao atual Ensino Fundamental. Teve também qualificação profissional em impressão. Habilitou-se em desenho, encadernação, ginástica, datilografia e contabilidade. Nos Institutos em que estudou, Francisco estabeleceu relações de amizade com surdos de diversas partes do país, bem como de surdos catarinenses oriundos de Blumenau, São Francisco do Sul e Timbó. Essas relações foram importantes para a atuação posterior de Francisco.

Quando retornou à Florianópolis, passou a procurar pessoas surdas e passou a ensinar-lhes “desenho, linguagem escrita, vocabulário básico, gramática, geografia, história do Brasil e conhecimentos gerais” (SCHMITT, 2008, p. 104). Mas inicialmente não teve muito sucesso em sua empreitada, então procurou o apoio de associações de surdos do Rio de Janeiro e São Paulo. Assim, trouxe a experiência política daquelas associações para Santa Catarina e passou a trabalhar em prol de fundar uma associação de surdos na Região Sul do Brasil. Conforme destacou Schmitt (*idem*), por ser membro atuante do movimento dos surdos, Francisco foi eleito delegado nacional para organização política dos surdos no Sul do Brasil, decorrendo daí a criação juntamente com seus colegas, do Círculo de Surdos-Mudos de Santa Catarina (CSMSC) em 1955; e a participação na criação, junto com Salomão Watnick, em 1954, da organização da primeira Associação de Surdos de Porto Alegre.

Na década de 1950, era ainda predominante a prática oralista de ensino para surdos. Em Santa Catarina, havia surdos nas escolas regulares do Estado, mas os surdos ficavam isolados. Em 1961, Francisco pleiteou junto ao então Governador do Estado de Santa

Catarina, Celso Ramos, um espaço físico que abrigasse a escola especial destinada aos surdos em Santa Catarina. Esse espaço foi estabelecido na Escola Celso Ramos em Florianópolis. “Para ensinar a seus mais de 15 alunos, o professor Francisco elaborou uma proposta pedagógica que tinha como objetivo principal ensinar a língua de sinais e propiciar aos surdos o acesso à leitura e à escrita na língua portuguesa” (SCHMITT, 2008, p. 108). Walter Nunes da Silva, Instrutor de LIBRAS e ex-aluno de Francisco na Escola Celso Ramos, foi entrevistado por Schmitt (2008) e destacou que o que impediu que a proposta educacional de Francisco tivesse bom êxito foi a falta de apoio das famílias dos surdos bem como das autoridades da Secretaria de Educação.

Sem apoio das famílias, da escola e das autoridades, o trabalho tornou-se difícil, pois o professor Francisco Lima Júnior ficou sozinho nesta proposta educacional. Após debatermos sobre este assunto chegamos à conclusão que com a proposta de comunicação total, em meados de 1960 foi se difundindo e trabalhando por ouvintes e também foi um dos fatores que influenciaram e, sendo assim, os ouvintes tornaram-se professores de surdos com uma proposta voltada para o oralismo, pois apesar da comunicação total aceitar o uso da língua de sinais, esta é tratada como um recurso para o surdo e não como sua primeira língua (SCHMITT, 2008, p. 122).

Em 1969 foi criado o Instituto de Audição e Terapia de Linguagem – IATEL⁵, o qual recebia crianças surdas encaminhadas pelo Círculo dos Surdos-Mudos de Santa Catarina. Francisco ensinava ali a Linguagem das Mãos, como era conhecida antes de se chamar LIBRAS. Uma das Instituições muito atuantes no Estado de Santa Catarina, a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), foi criada em 1968, com a finalidade de atender pessoas com necessidades especiais. No entanto, inicialmente o atendimento especializado era efetuado pelo Grupo Escolar Barreiro Filho, em uma sala denominada de “Sala de Multimeio” (*idem*, p. 125).

Por longo período, o IATEL ofereceu atividades que visavam “desenvolver a parte da linguagem oral e escrita dos alunos, visando o

⁵< <http://www.iatel.org/>>

desenvolvimento motor e criatividade, socialização, alfabetização e integração preparando-os para frequentar uma escola comum. Trabalhava-se concomitantemente com o setor de fala, ou seja, terapia da linguagem, pois acreditava-se numa concepção oralista” (*idem*, p. 130). Eram também ensinados sinais no IATEL, mas não de forma sistematizada. De 1989 em diante, os alunos surdos passaram a ser incluídos na rede regular de ensino e recebiam reforço pedagógico no IATEL. No entanto, a inserção nas escolas da rede regular prejudicou o desenvolvimento escolar desses alunos, uma vez que a forma de repassar os conteúdos ali é de forma oralista. A partir de 1997 alguns professores iniciaram um curso de LIBRAS oferecido pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), realizado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Desde então foi realizado um grande movimento de capacitação em LIBRAS pelos profissionais do IATEL e de outras instituições da Grande Florianópolis.

Após o falecimento de Francisco Lima Júnior, a direção Círculo dos Surdos-Mudos de Santa Catarina passou para Sandra Lucia Amorim, que está presidente da entidade desde 1997. Após assumir a direção, o nome foi alterado para Associação de Surdos de Florianópolis e em 2002 passou a ser Associação de Surdos da Grande Florianópolis (ASGF).

A ASGF possui representação em conselhos gestores municipais, como no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Conselho Municipal da Educação, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e participa do Fórum Municipal de Políticas Públicas de Florianópolis. A Associação de Surdos Grande Florianópolis (ASGF) presta os seguintes serviços para a comunidade surda e ouvinte:

- Acolhida do Surdo e seus familiares pelo Serviço Social da Instituição através da escuta, cadastro social para levantamento socioeconômico e apresentação dos serviços oferecidos pela instituição.
- Orientação e encaminhamento sócio assistencial dos surdos e seus familiares para acesso a benefícios sociais e programas de transferência de renda, bem como outras políticas públicas setoriais, conforme necessidades apresentadas.
- Atendimentos de apoio pedagógico e Letramento em Libras: tem como objetivo complementar por meio de parceria com a escola o processo educacional do aluno, possibilitando a ele o diferencial de estar em um ambiente onde predomina a

comunicação através da Libras, o que facilita a compreensão dos assuntos trabalhados no ensino regular.

- Curso de Libras para comunidade ouvinte: conta em sua grande maioria com profissionais que trabalham no atendimento do surdo e tem como embasamento a *resolução nº 34 paragrafo II* – onde prevê que “os serviços devem contar com capacitação permanente para seus profissionais de modo a contribuir para o protagonismo, autonomia e fortalecimento da pessoa com deficiência e sua família”.
- Pré matrícula e encaminhamento para os cursos do PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Através de contato com a rede ofertante de cursos para pessoas com deficiência. Buscando a inserção dos usuários surdos, bem como acompanhamento no seu processo de inserção nos cursos.
- Encaminhamentos para o mercado de trabalho com vistas à promoção da autonomia, independência e condições de bem estar do surdo. Através de parcerias com empresas públicas e privadas que oferecem vagas a pessoas com deficiência. Buscando a inserção dos usuários surdos, bem como acompanhamento no seu processo de adaptação⁶.

No “II Seminário Dos Povos Surdos: a Importância das Associações de Surdos como Defensoras dos Direitos e Preservação da Dignidade da Comunidade Surda”, promovido pela Comissão de Defesa de Direitos da Pessoa com Deficiência da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) em parceria com a ASGF, em 30 de novembro de 2017, foi destacado o papel fundamental da ASGF na educação dos surdos em Santa Catarina. Santa Catarina reconheceu oficialmente a LIBRAS no ano de 2001, antes do reconhecimento a nível nacional que ocorreu em 2002. A ASGF participou da criação do curso de LIBRAS da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), também participou da criação dos cursos de especialização em LIBRAS do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) *campus* de Palhoça, do curso de LIBRAS da UFSC. Além disso, a ASGF oferece em sua sede, cursos de Libras para alunos surdos, e demais pessoas interessadas em aprender a língua (Fala de Lucia Sandra Amorim no evento na Alesc, 2017).

Feito esse breve resgate histórico sobre a atuação de Francisco Lima Júnior e da ASGF e sua relação com a FENEIS e outras

⁶ Informações retiradas do site da ASGF: <<http://www.asgfsurdos.org.br/>>.

associações de surdos país afora, é evidente que a atuação da sociedade civil para a educação de surdos possui fundamental importância nas conquistas alcançadas, seja na saúde, no âmbito do trabalho ou da educação, cujo foco foi o central neste trabalho. No entanto, embora progressos registrados, ainda há avanços importantes a serem alcançados, como destacam Monteiro (2006), Schmitt (2008), Lanna Júnior (2010) e alguns palestrantes do II Seminário dos Povos Surdos (2017). Começa-se pelos limites da educação inclusiva nas escolas da rede regular. Muitas vezes o que ocorre nessas escolas, é o isolamento dos alunos surdos, e a única pessoa que possuem relação é o intérprete de LIBRAS. As aulas são ministradas por professores ouvintes e o intérprete é quem faz a mediação entre aluno surdo, colegas e professores. O que o movimento das pessoas surdas reivindica são escolas para surdos, onde eles possam conviver com os demais surdos, e não apenas nas associações e clubes.

Na atualidade precisamos da criação de uma nova escola de surdo em Santa Catarina para ele realizar-se e compartilhar com todas as comunidades surdas lutando pelo seu direito. Esta proposta nova detalha a opinião do surdo para o surgimento de critérios para a escola de surdos. Refletimos que no movimento surdo é importante unir todas regiões em Santa Catarina na associação e na cultura surda e podemos ajudar a política de educação de surdos com a disposição de membro surdo na diretoria da escola. (SCHMITT, 2008, p. 131-132).

Conforme Monteiro (2006), com o respaldo da Lei de LIBRAS (Lei 10.436/2002), as escolas de surdos que passaram a adotar o bilinguismo como método de ensino passaram a oferecer condições melhores de acesso ao conhecimento em relação às escolas inclusivas. A autora enfatiza que

um modelo de bilinguismo que realmente dê conta da necessidade linguística do sujeito Surdo é aquele em que se respeite a língua de sinais como língua materna do Surdo e que o ensino de língua oral seja ensinado como metodologia de segunda língua. A metodologia de ensino dessa língua na modalidade oral inclusive não deve ser obrigatória. Deve ser

oferecido ao Surdo o direito de optar pelo uso da modalidade oral ou apenas da modalidade escrita dessa língua (p. 301).

Embora os textos usados como referência aqui datem de mais ou menos uma década da sua publicação, as questões que levantaram foram exatamente as mesmas que algumas lideranças do movimento de surdos de Santa Catarina levantaram no II Seminário dos Povos Surdos em novembro de 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, buscamos destacar a atuação de atores da sociedade civil organizada para o desenvolvimento de ações para a formação escolar e pela implementação de políticas públicas para pessoas com deficiência no âmbito da educação, cuja importância é sabida, pois a educação possibilita a ampliação do leque de possibilidades de melhoria das condições de vida de qualquer pessoa.

A partir da atuação do movimento social das pessoas com deficiência (que abarca as diversas deficiências) avanços significativos foram obtidos em áreas como saúde, assistência e educação. Nesse universo, optamos por destacar a atuação de líderes e associações de surdos brasileiros no campo da educação.

No universo das questões que dizem respeito aos surdos, uma das primeiras discussões é o questionamento acerca da definição de surdos como pessoas com deficiência frente às questões de identidade cultural e linguística. Conforme destaca Lanna Júnior, a complexidade que marca as relações entre cultura, identidade e linguagem é expressa, por exemplo, quando se faz parte de um mundo de experiência visual e não auditiva, a qual “traz uma marca identitária significativa para essa parcela da população, que reafirma sua diferença perante o mundo ouvinte e, assim, legitima sua luta por direitos e pela sua existência como cidadãos” (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 34). Nesse sentido, destacou-se ao longo desse trabalho as disputas acerca do método de ensino para as pessoas surdas e o quanto isso impacta gerações.

Em um processo em que o ensino de surdos era realizado inicialmente em institutos de surdos, passando posteriormente por inserção nas escolas regulares, em geral sem condições de ensino adequadas, esperando que os alunos surdos acompanhassem o ritmo de alunos ouvintes com métodos de ensino predominantemente ouvintistas, aos poucos, avanços como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, e a Lei da Libras de 2002, o ensino vem sendo realizado nas escolas com a mediação de intérpretes. Algumas escolas ensinam Libras às turmas que têm alunos surdos nas classes, mas no geral, o movimento das pessoas surdas ainda destaca a fragilidade e insuficiência das ações que são realizadas, enfatizando que muitas vezes o que ocorre nas escolas de ensino regular, não é a integração dos alunos surdos, e sim, o isolamento, por exemplo, o aluno conseguindo interagir apenas com o professor intérprete de Libras e não com os colegas. As escolas não são bilíngues, por isso, o movimento social das pessoas

surdas reivindica escolas de surdos, onde possam ser escolarizados de maneira plena. Com os diversos debates que ocorrem, muitos deles convocados pelas associações de surdos e suas representações nacionais, certamente, mesmo que de forma lenta, haverá mudanças na condução dos embates entre educação especial e inclusiva, sobre as formas de inclusão e a condução da educação das pessoas surdas.

REFERÊNCIAS

BECK, Paulo da Costa. **A história da cidadania das pessoas com deficiência e o desenvolvimento de sua organização como movimento social no cenário brasileiro.** TCC, Serviço Social. UNB, 2007.

BRASIL. **Avanços das políticas públicas para as pessoas com deficiência – Uma análise a partir das Conferências Nacionais.** Secretaria dos Direitos Humanos; Brasília, 2012.

CRESPO, Ana Maria M. **Da invisibilidade à construção da própria cidadania. Os obstáculos, as estratégias, e as conquistas do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil, através das histórias de vida de seus líderes.** Tese de doutorado. Pós-Graduação em História Social – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença.** Cadernos de Pesquisa, n. 116, julho/ 2002.

DEFICIÊNCIA, Viver sem Limite – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com/Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR)/Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) • VIVER SEM LIMITE – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: SDH-PR/ SNPD, 2014.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência.** Editora Brasiliense, São Paulo, SP, 2007.

KASSAR, M. C. M. **Uma breve história da educação de pessoas com deficiências no Brasil.** In: **Escolarização de alunos com deficiência: desafios e possibilidades.** MELETTI, S. M. F; KASSAR, M. C. M. (Orgs). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.

LANNA JÚNIOR, Mário Cl. M. (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil.** - Brasília: Secretaria

de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

MONTEIRO, Myrna Salerno. **História dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da LIBRAS no Brasil.** Educação Temática Digital, Campinas, v.7, n.2, p.292-302, jun. 2006.

SCHMITT, Deonísio. **Contextualização da trajetória dos surdos e educação de surdos em Santa Catarina.** Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Florianópolis, 2008.

Associação de Surdos da Grande Florianópolis – ASGF:
<http://www.asgfsurdos.org.br/>

Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES:
<http://www.ines.gov.br/conheca-o-ines>